

REVISTA

DIÁLOGO EDUCACIONAL

periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional


PUCPRESS

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva à luz do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica

Special Education from the perspective of Inclusive Education in Light of historical-dialectical materialism and historical-critical pedagogy

La Educación Especial desde la perspectiva de la Educación Inclusiva a la luz del materialismo histórico-dialéctico y de la pedagogía histórico-crítica

João Otacílio Libardoni dos Santos ^[a] 

Boa Vista, RR, Brasil

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Faculdade de Educação

Edineide Rodrigues dos Santos ^[b] 

Boa Vista, RR, Brasil

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Faculdade de Educação Hermenegildo

Moises Nhabanga ^[c] 

Manaus, AM, Brasil

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Faculdade de Educação

Como citar: SANTOS, J. O. L.; SANTOS, E. R.; NHABANGA, H. M. A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva à luz do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, PUCPRESS, v. 26, n. 88, p. 201-214, jan./mar. 2026. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.088.DS09>

^[a] Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e-mail: jlibardoni@ufam.edu

^[b] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e-mail: edineidesanta@hotmail.com

^[c] Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e-mail: hermenegildo.nhabanga@ufam.edu.br

Resumo

O materialismo histórico-dialético possibilita uma compreensão mais aprofundada da realidade social e de suas contradições. A pedagogia histórico-crítica, por sua vez, concebe a educação como uma atividade mediadora, que se desenvolve por meio da prática social. Nesse contexto, a prática social torna-se tanto ponto de partida quanto de chegada para a ação pedagógica do professor. O estudo, de cunho bibliográfico, objetiva analisar a produção acadêmica acerca da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, à luz do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica. Os resultados evidenciam que a Educação Especial vem sendo desenvolvida nas escolas e nas instituições de ensino superior; contudo, persistem desafios significativos enfrentados no ambiente escolar, considerando que o trabalho pedagógico do professor de Educação Especial é precário e fundamenta-se nas concepções médico-pedagógicas e psicopedagógicas. Observa-se, ainda, que a alfabetização por meio de apostilas traz consequências negativas para a aprendizagem dos estudantes, o que evidencia a urgência de se escutar o professor e considerar suas necessidades formativas. Embora haja avanços em relação ao acesso e à permanência do público da Educação Especial, constata-se que é necessária uma discussão consistente em relação à contribuição do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Materialismo Histórico-dialético. Pedagogia Histórico-crítica.

Abstract

Historical-dialectical materialism enables a deeper understanding of social reality and its contradictions. The historical-critical pedagogy, in turn, conceives education as a mediating activity that develops through social practice. In this context, social practice becomes both the starting and ending point of the teacher's pedagogical action. This bibliographical study aims to analyze academic production on Special Education from an inclusive perspective, in light of the historical-dialectical materialism and historical-critical pedagogy. The results show that Special Education has been developed in schools and higher education institutions; however, significant challenges persist in the school environment, considering that the pedagogical work of Special Education teachers is precarious and based on medical-pedagogical and psychopedagogical conceptions. It is also observed that literacy through workbook-based materials has negative consequences for students' learning, highlighting the urgency of listening to teachers and considering their training needs. Although there have been advances in access to and permanence of students in Special Education, it is evident that a consistent discussion is needed regarding the contribution of historical-dialectical materialism and historical-critical pedagogy to Special Education from an inclusive perspective.

Keywords: Special Education. Inclusive Education. Historical-Dialectical Materialism. Historical-Critical Pedagogy.

Resumen

El materialismo histórico-dialéctico posibilita una comprensión más profunda de la realidad social y de sus contradicciones. La pedagogía histórico-crítica, por su parte, concibe la educación como una actividad mediadora que se desarrolla a través de la práctica social. En este contexto, la práctica social se convierte tanto en punto de partida como de llegada para la acción pedagógica del profesor. El estudio, de carácter bibliográfico, tiene como objetivo analizar la producción académica sobre la Educación Especial en la perspectiva de la Educación Inclusiva, a la luz del materialismo histórico-dialéctico y de la pedagogía histórico-crítica. Los resultados evidencian que la Educación Especial viene desarrollándose en las escuelas y en las instituciones de educación superior; sin embargo, persisten desafíos significativos en el ámbito escolar, considerando que el trabajo pedagógico del profesor de Educación Especial es precario y se fundamenta en concepciones médico-pedagógicas y psicopedagógicas. Se observa, además, que la alfabetización mediante cuadernos o materiales apostilados genera consecuencias negativas para el aprendizaje de los estudiantes, lo que evidencia la urgencia de escuchar al profesor y considerar sus necesidades formativas. Aunque existen avances en cuanto al acceso y la permanencia del público de la Educación Especial, se constata la necesidad de un debate consistente sobre la contribución del materialismo histórico-dialéctico y de la pedagogía histórico-crítica a la Educación Especial en la perspectiva de la Educación Inclusiva.

Palabras clave: Educación Especial. Educación Inclusiva. Materialismo Histórico-dialéctico. Pedagogía Histórico-crítica.

Introdução

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem apresentado avanços significativos nas últimas décadas no que se refere ao direito à matrícula de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação. Contudo, ainda há a necessidade de progressos no que diz respeito ao direito de acesso, permanência, participação e aprendizagem desses estudantes. Nesse sentido, considera-se que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pode ser mais bem compreendida e desenvolvida à luz do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica. Tozoni-Reis (2020) ressalta que, para interpretar o mundo natural e social, é imprescindível o uso de teorias e métodos que nos auxiliem nesse processo interpretativo.

Eloy e Coutinho (2020), por sua vez, corroboram esse entendimento ao afirmar que a Educação Especial precisa avançar em relação às mudanças estruturais e ao ensino, pois é necessário promover um ensino que possibilite a efetiva apropriação do conhecimento pelos estudantes.

A *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (Brasil, 2008) destaca que a Educação Inclusiva fundamenta-se na concepção dos direitos humanos, enfatizando a igualdade e a valorização das diferenças como caminhos para a equidade, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Acredita-se que, quando materializada, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva amplia as possibilidades de aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial¹, uma vez que favorece maior interação e participação, além de demandar do professor uma ação pedagógica planejada a partir das necessidades e da realidade social dos estudantes.

Todavia, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva não tem como objetivo apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a participação e, sobretudo, a aprendizagem. Isso implica garantir que os estudantes se apropriem do conhecimento, do saber sistematizado, desenvolvendo competências como leitura e escrita, entre outras. Saviani (2008, p. 8) enfatiza que “[...] o saber metódico, sistemático, científico, elaborado, passa a predominar o saber espontâneo, ‘natural’, assistemático, resultando daí que a especificidade da educação passa a ser determinada pela forma escolar”.

Nesse sentido, torna-se indispensável o uso de teorias e métodos que auxiliem na interpretação e compreensão desses processos educativos. Considera-se, assim, que a Educação Especial terá mais êxito se estiver fundamentada no materialismo histórico-dialético e na pedagogia histórico-crítica, estabelecendo de fato uma educação inclusiva e emancipatória.

Marx (1991, p. 52), ao tratar do tema da emancipação, salienta a diferença entre emancipação política e emancipação humana: “[...] a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral”. Para Marx (1991), o conceito de cidadania não se limita ao âmbito individual, mas assume uma complexidade maior ao se articular com o coletivo e com as relações sociais que o constituem:

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “próprias forças” como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana (Marx, 1991, p. 52).

Concorda-se com Saviani (2017a, p. 656) quando o autor afirma que a emancipação política, isto é, a democracia formal, mostra-se insuficiente, sendo “[...] necessário caminhar em direção à emancipação humana que implica a superação da democracia formal instituindo a democracia real”. O autor ressalta que “[...] a emancipação

¹ Adotou-se o termo “público da Educação Especial” ao longo do texto, exceto nas citações diretas mencionadas na discussão. Trata-se de expressão atual e utilizada pela resolução n. 15, de 7 de outubro de 2020 (Brasil, 2020), e por autores contemporâneos da área de Educação Especial. No entanto, a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (PNEPEI) (Brasil, 2008) e a Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009 (Brasil, 2009), utilizam o termo “público-alvo da Educação Especial”.

humana implica a superação da sociedade de classes com o consequente desaparecimento do Estado ou, nos termos gramscianos, a absorção da sociedade política na sociedade civil”.

Nesse sentido, Saviani (2021, p. 76) refere-se ao materialismo histórico-dialético como a “[...] compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana [...]”. De modo convergente, Triviños (2012, p. 51) afirma que o materialismo histórico-dialético é:

[...] a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana [...].

Triviños (2012, p. 73-74) destaca que o processo no desenvolvimento da pesquisa de cunho materialista apresenta a “contemplação viva do fenômeno e a realidade concreta do fenômeno”.

Nessa perspectiva, a pedagogia histórico-crítica se fundamenta em “[...] uma dialética histórica expressa no materialismo histórico [...]” (Saviani, 2012, p. 120) e configura-se como “[...] uma teoria em construção, que se desenvolve coletivamente com o concurso de um conjunto cada vez mais amplo de participantes e estudiosos [...]” (Saviani, 2017b, p. 720).

Dessa forma, este trabalho fundamenta-se nos pressupostos teóricos de Marx (2011), Saviani (2008, 2012, 2017a, 2017b, 2021) e Galvão *et al.* (2019), bem como nos estudos selecionados na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), referente aos últimos cinco anos, os quais serão apresentados e discutidos a seguir.

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção acadêmica referente à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, à luz do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica.

A produção acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior acerca da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva à luz do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica

Silva (2018, p. 602) afirma que “[...] a pesquisa desenvolvida na forma de dissertações e de teses apresenta-se como um bom indicador para compreensão do processo de constituição e de desenvolvimento de um campo de conhecimento [...]”. Nesse sentido, buscou-se estabelecer um diálogo entre os conhecimentos científicos, filosóficos que o materialismo histórico-dialético e a pedagogia histórico-crítica oferecem para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Para tanto, foram realizadas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES², no mês de outubro de 2025. Na primeira busca utilizaram-se as seguintes palavras-chave: “EDUCAÇÃO ESPECIAL”, “EDUCAÇÃO INCLUSIVA”, “MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO”. Em seguida, procedeu-se ao refinamento dos resultados, sendo selecionadas as seguintes categorias disponibilizadas pela CAPES: Grande Área: Conhecimento, Ciências Humanas, Área Conhecimento:

- Grande Área: Conhecimento – Ciências Humanas.
- Área Conhecimento: Educação.
- Área Avaliação: Educação.
- Área Concentração: Educação.
- Programa: Educação.

² Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 20 set, 2025.

Nessa busca, foram encontrados 18 trabalhos, dos quais 11 foram selecionados – seis dissertações e cinco teses – fundamentados no materialismo histórico-dialético e que discutem sobre Educação Especial e Educação Inclusiva. O recorte temporal delimitado foi de 2021 a 2025, por contemplar as produções mais recentes, publicadas nos últimos cinco anos. Assim, selecionaram-se os seguintes estudos:

- trabalho educativo do Atendimento Educacional Especializado na educação infantil (Sousa, 2021).
- Trabalho pedagógico da educação especial: expressões de conformismos e resistências no Atendimento Educacional Especializado na educação escolar (Lorenzi, 2022).
- As implicações do material estruturado NAME nas práticas de alfabetização no ensino inclusivo em Xaxim/SC (Oliveira, 2021).
- ciclo de vida profissional dos docentes que atuam na Educação Especial – anos iniciais do Ensino Fundamental – da rede pública de ensino do Distrito Federal (Emerick, 2022).
- Significações sobre formação contínua e trabalho docente no Atendimento Educacional Especializado (Souza, 2021).
- A concepção de aprendizagem escolar na política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil (2008-2016) (Santos, 2022).
- Acesso e permanência do estudante com Transtorno Do Espectro Autista (TEA) nas universidades federais do Centro-Oeste do Brasil (Souza, 2023).
- Conservadorismo persistente na Educação Especial: a organização do trabalho dos professores em redes públicas no Sul do Brasil (Girard, 2023).
- Gestão da política de Educação Especial Inclusiva na rede municipal de Vitória da Conquista: desafios e enfrentamentos em tempos de covid-19 (Santos, 2023).
- Determinantes conservadores da constituição do Estado Brasileiro e suas implicações para escolarização de alunos PAEE nos Planos Municipais de Educação em Vila Velha, Vitória e Serra-ES (Borges, 2022).
- A ação docente na formação da pessoa com deficiência no ensino superior: perspectivas da teoria histórico-cultural (Almeida, 2023).

Na segunda busca no banco de dados da CAPES, utilizaram-se as seguintes palavras-chave: “EDUCAÇÃO ESPECIAL”, “EDUCAÇÃO INCLUSIVA” e “PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA”. Aplicou-se o mesmo refinamento adotado na busca anterior, delimitando-se igualmente o recorte temporal de 2021 a 2025. Nessa etapa, foram identificados 16 estudos, dos quais apenas quatro foram selecionados, sendo duas dissertações e duas teses:

- trabalho educativo do Atendimento Educacional Especializado na educação infantil (Sousa, 2021).
- Trabalho pedagógico da educação especial: expressões de conformismos e resistências no Atendimento Educacional Especializado na educação escolar (Lorenzi, 2022).
- As implicações do material estruturado NAME nas práticas de alfabetização no ensino inclusivo em Xaxim/SC (Oliveira, 2021).
- A concepção de aprendizagem escolar na política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil (2008-2016) (Santos, 2022).

Os quatro estudos selecionados na segunda busca também estavam presentes na primeira busca na CAPES. Dessa forma, a discussão será conduzida considerando os trabalhos encontrados em ambas as buscas.

Almeida (2023, p. 105) ressalta que a pessoa com deficiência deve ter acesso a condições que favoreçam a construção de sua própria história. Nesse sentido, a educação formal “[...] precisa propiciar condições para o

desenvolvimento pleno da pessoa humana, favorecendo a construção de atividades e experiências em que o sujeito se desenvolva com autonomia, sendo respeitado em sua singularidade”.

Portanto, é fundamental oferecer aos estudantes público da Educação Especial uma educação inclusiva e emancipatória, garantindo-lhes a oportunidade de apropriar-se do conhecimento, de desenvolver sua autonomia, de atuar na transformação da realidade e da sociedade em que estão inseridos. Como destacam Galvão *et al.* (2019, p. 56), “[...] o ser humano transforma de acordo com o seu propósito. Ele planta, caça, faz adaptações aos materiais segundo as suas necessidades, como no caso de vestuário e abrigo”.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e emancipatória demanda a participação e o engajamento de todos os atores escolares, incluindo a gestão. Nesse sentido, Santos (2023) salienta que a gestão da Educação Especial deve ser comprometida com a superação das desigualdades, ir além do simples acesso, envolver-se com os demais seguimentos da sociedade, requerer igualdade de oportunidades e combater a discriminação, pois a inclusão no âmbito escolar é responsabilidade coletiva.

Assim, é fundamental que as políticas educacionais sejam efetivamente implementadas, o que requer a organização adequada das escolas, disponibilização de recursos compatíveis com as necessidades dos estudantes, uso de tecnologias assistivas, suporte pedagógico, formação contínua dos professores e, de modo geral, condições para que os estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação desfrutem de uma educação inclusiva e emancipatória.

Girardi (2023) evidencia que o trabalho do professor de Educação Especial frequentemente se apresenta de forma precarizada, uma vez que ocorre em classes e escolas especiais, sem articulação com a proposta pedagógica da sala de aula comum. Além disso, esse profissional é muitas vezes tratado como um recurso extra, pois seu trabalho é estruturado mediante a utilização de recursos de acessibilidade, o que ressalta uma ênfase na mão de obra em detrimento da qualidade dos serviços ofertados ao público da Educação Especial.

Saviani (2012, p. 98) reforça essa problemática ao lembrar que estamos “[...] com o sistema de ensino em nível nacional não implantado, e isso cria entraves [...] configura a situação de penúria pela qual passam as nossas escolas e pela qual passam nossos professores: condições de trabalho precárias e salários precários”.

Borges (2022) aponta que os estudantes atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) são alocados em espaços segregados e fora do ambiente escolar, comprometendo o processo de inclusão educacional. Nesse contexto, o próprio Estado fragiliza os princípios de universalização do AEE ao permitir que esse serviço de apoio complementar e suplementar seja realizado em instituições filantrópicas, assistencialistas ou particulares.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva objetiva garantir a educação de todos os estudantes no ambiente escolar, uma vez que a interação e a participação contribuem diretamente para a aprendizagem e a apropriação do conhecimento, algo que se torna limitado quando os estudantes permanecem em contextos de ensino segregado. Saviani (2012) corrobora essa ideia ao enfatizar que a escola é para todos, sendo uma instituição cuja função pedagógica é propiciar aos estudantes a apropriação do conhecimento sistematizado, característica essencial da educação escolar. Nesse sentido, reconhece-se que a escola desempenha um papel central para propiciar aos estudantes a apropriação do conhecimento, embora não deva ser responsabilizada por todas as mazelas do sistema educacional.

Lorenzi (2022), em estudo intitulado *Trabalho pedagógico da Educação Especial: expressões de conformismos e resistências no Atendimento Educacional Especializado na educação escolar*, faz uma crítica ao assistencialismo, ressaltando que ele não contribui para o desenvolvimento humano integral. A autora também evidencia que o trabalho pedagógico destinado ao público da Educação Especial tem suas bases em “concepções médico-pedagógicas” e “psicopedagógicas” (Jannuzzi, 2004), bem como na “concepção liberal”, associada à chamada “pedagogia tecnicista” (Saviani, 2021).

Dessa forma, concorda-se com Sousa (2021, p. 97), ao afirmar que há “[...] Direcionamentos políticos que enfatizam o caráter inclusivo, no sentido do mero acesso e inserção dos estudantes no ensino regular, desconsiderando as mediações necessárias para o desenvolvimento de um trabalho educativo que priorize apropriação dos conhecimentos e a prática social”.

Assim, é fundamental que pesquisadores, professores, estudantes e a comunidade escolar, entre outros, estejam atentos às políticas inclusivas, participando ativamente de debates e discussões para apresentar sugestões, anseios e necessidades, pois assim aumentam-se as possibilidades de os direitos dos estudantes da Educação Especial serem materializados.

Santos (2022, p. 116) observa o “[...] descompasso entre as políticas públicas e sua efetivação, concreticidade de uma sociedade em que o humano é secundário [...]”. Nesse sentido, entende-se que, se as políticas não estiverem em conformidade com a realidade social dos estudantes, professores e da comunidade escolar, sempre haverá obstáculos que impedirão ou dificultarão sua materialização.

Os resultados do estudo de Lorenzi (2022) apontam que a pedagogia histórico-crítica é encontrada predominantemente em trabalhos acadêmicos, evidenciando que o trabalho pedagógico que vem sendo realizado nas escolas ainda se baseia nas concepções “médico-pedagógicas”, conforme preconiza Jannuzzi (2004), ou “psicopedagógica, pedagogia tecnicista”, de acordo com Saviani (2021). No entanto, Lorenzi (2022) defende que a Educação Especial deve ser desenvolvida com base em uma perspectiva crítica, ancorada na pedagogia histórico-crítica, que visa à formação humana omnilateral³ do estudante, promovendo o desenvolvimento integral do sujeito.

Santos (2022) dialoga com Lorenzi (2022) ao constatar que a base teórica da política que orienta a concepção de aprendizagem fundamenta-se na pedagogia da Escola Nova e na pedagogia tecnicista. Santos (2022, p. 118) destaca que essa “[...] concepção de aprendizagem escolar não contém em si elementos que impulsionem o desenvolvimento humano dos estudantes da Educação Especial ao patamar defendido pela teoria histórico-cultural [...]”. É importante frisar que as concepções de aprendizagem mencionadas pela autora também não correspondem a uma educação ancorada na pedagogia histórico-crítica. Nesse sentido, concorda-se com Sousa (2021, p. 97), que aponta a existência de “[...] direcionamentos políticos que enfatizam o caráter inclusivo, no sentido do mero acesso e inserção dos estudantes no ensino regular, desconsiderando as mediações necessárias para o desenvolvimento de um trabalho educativo que priorize apropriação dos conhecimentos e a prática social”.

Oliveira (2021), ao investigar *As implicações do material estruturado NAME nas práticas de alfabetização no ensino inclusivo em Xaxim/SC*, evidenciou que as apostilas do material do Núcleo de Apoio a Municípios e Estados (NAME) acabam por engessar, controlar e padronizar as práticas alfabetizadoras. Além disso, tais materiais recorrem a discursos que enfatizam aprendizagens diversificadas. A autora afirma que:

o sistema apostilado, por meio de seus materiais estruturados, impõe à escola e às alfabetizadoras, como efeitos da alienação que o sistema mercadológico da educação produz e reproduz. E sob a ótica de superação dessas amarras estruturantes, o que podemos afirmar é que não há quesito mais essencial à aprendizagem e ao desenvolvimento humano do que o domínio da leitura e da escrita consistente por meio dos conteúdos escolares que possibilite a apropriação do sentido da atividade às alfabetizadoras e às crianças (Oliveira, 2021, p. 126).

Entende-se que a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, deve possibilitar condições efetivas de aprendizagem. Para tanto, torna-se essencial que os estudantes tenham a oportunidade de apropriar-se do conhecimento, e não somente usufruam de um ensino que controla e padroniza as práticas alfabetizadoras, tais como o uso de apostilas do NAME.

Saviani (2004, p. 48) salienta que a aprendizagem “[...] é a aquisição dos conteúdos significativos e esse processo não se dá de forma espontânea”. Portanto, é de suma importância que os sistemas de ensino, as escolas e os professores se reorganizem para oferecer aos estudantes uma educação inclusiva e transformadora. Nesse sentido,

³ Omnilateral: o termo, originário do latim, significa literalmente “todos os lados” ou “todas as dimensões”. A educação omnilateral refere-se, portanto, a uma concepção de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano, bem como as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões englobam a vida corporal e material, o desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Assim, a “[...] educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza” (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 265).

Lorenzi (2022) afirma que a Educação Especial deve ser orientada pela pedagogia histórico-crítica. Saviani (2012, p. 9) reforça que a perspectiva da pedagogia histórico-crítica propõe:

- a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação. b) Conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares. c) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação.

Desse modo, compreende-se que a educação sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica possibilita aos estudantes e professores uma aprendizagem mais significativa, permitindo assimilar o conhecimento ao compreender como ele é produzido e quais são as tendências de sua transformação na sociedade por meio da prática social.

O estudo de Souza (2023, p. 129) ressalta que a Educação Superior precisa promover discussões e debates acerca da inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os resultados do estudo evidenciam que, embora tenha havido avanços significativos no acesso e na permanência das pessoas com deficiência na Educação Superior, ainda persistem lacunas, como a “[...] redução das desigualdades socioeconômicas [...] garantia de uma educação inclusiva e de qualidade [...]”. Além disso, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva precisa ir além da efetivação do cumprimento do direito de acesso e permanência. A Política de Educação Especial de 2008 reforça que é importante garantir não apenas a presença do estudante, mas também sua participação e aprendizagem. Nesse sentido, não basta garantir os direitos: é imprescindível que eles se concretizem na prática social, na escola e na sala de aula.

Souza (2023) aponta convergências entre as políticas nacionais e locais que orientam a política de Educação Especial, inclusive no tocante à formação dos professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Entende-se que a formação docente é essencial para o desenvolvimento do AEE, sendo relevante que esteja de acordo com a realidade vivenciada pelo professor. Concorde-se com Souza (2023) ao enfatizar a importância de se ouvir os professores, a fim de compreender suas necessidades em relação à formação.

Santos *et al.* (2020, p. 131) reforçam esse pensamento, destacando que a “[...] formação dos professores que atuam em SRM é um dos caminhos para que a inclusão seja efetivada [...]”. As autoras ressaltam ainda que cabe aos sistemas de ensino ofertar formação continuada aos professores, o que inclui o professor que atua na SRM, pois dessa maneira “[...] poderão oferecer aos estudantes que frequentam esse espaço um atendimento educacional conforme suas reais necessidades e possibilidades” (Santos *et al.*, 2020, p. 132).

A contribuição do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

A discussão será desenvolvida com base nos estudos disponíveis na plataforma CAPES e nas contribuições de Silva (2014) e Eloy e Coutinho (2020).

Silva (2014, p. 85) enfatiza que uma proposta pedagógica fundamentada em “[...] bases marxianas e marxistas, leva à compreensão, sob a valorização da história, da educação e do homem que educa”. Nesse sentido, entende-se que a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, alcançará mais êxito quando alicerçada no materialismo histórico-dialético e na pedagogia histórico-crítica. Isso porque tais fundamentos possibilitam oferecer aos estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação uma educação que valorize a história do sujeito, sua prática social, suas necessidades e possibilidades de aprendizagem, bem como sua autonomia para apropriar-se do conhecimento, transformando-se e sendo transformado em sua prática social.

Destarte, buscar-se-á destacar, com base nos autores do século XXI encontrados no banco de dados da CAPES, as contribuições acerca da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva à luz do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica.

Sousa (2021) evidencia em seu estudo que o materialismo histórico-dialético proporciona ao pesquisador uma compreensão mais ampla do objeto de investigação. Nesse sentido, entende-se que o pesquisador passa a conhecer de forma mais aprofundada o contexto histórico, social, político, cultural, e econômico da prática social, refletindo sobre os avanços, retrocessos e desafios ocorridos ao longo dos séculos, décadas e anos. Souza (2023, p. 32) corrobora essa compreensão ao enfatizar que a análise da realidade na perspectiva do materialismo histórico-dialético é essencial para “[...] explorar as nuances das condições materiais e sociais que permeiam a experiência educacional desses indivíduos”.

Emerick (2022, p. 251) relata que o estudo ancorado no materialismo histórico-dialético pode possibilitar:

[...] um movimento espiral e *continuum* que desvinculasse nosso objeto do empírico/prática social – o que é dado em primeira instância – ou seja, da realidade imediata/fetichizada, fazendo-nos percorrer os caminhos do mundo das ideias, extrair as categorias a partir das múltiplas determinações e apreender a realidade concreta do ser professor da Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (AEE) em diferentes momentos da vida profissional.

Santos (2023, p. 121) salienta que “[...] a abordagem dialética permitiu compreender que a gestão da Política de Educação Especial não pode se restringir a medidas isoladas e fragmentadas [...]”. Para a autora, compreender a totalidade do sistema de ensino é de grande relevância e necessidade, pois somente dessa forma é possível identificar “[...] as relações entre as diferentes dimensões, como as políticas públicas, a formação dos professores, a infraestrutura das escolas e a participação das famílias”.

Assim, o objeto de estudo não pode ser analisado de forma isolada, mas entendido como parte integrante da sociedade organizada “[...] pelo modo de produção capitalista, sendo esta cindida em classes sociais – burguesia e proletariado, tendo uma estrutura e dinâmica marcada por contradições e sendo mediada por diversas determinações” (Girardi, 2023, p. 40).

O método, por sua vez, permite ao pesquisador “[...] captar o real em movimento, em seus processos de transformação, além de possibilitar a análise dos fenômenos, em sua totalidade, e mostra-se capaz de entrar na essência do objeto, para além de sua aparência imediata” (Souza, 2021, p. 105). Nesse sentido, Marx (2011) destaca que a investigação sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético não se realiza a partir de imediatismo ou do pensado abstrato, e sim mediante o conhecimento da realidade tal como ela é, exigindo a distinção entre aparência e essência.

Borges (2022, p. 47) observa que o saber emerge da relação dialética “[...] estabelecida entre pesquisador e objeto envolvidos em determinada realidade histórica, que o processo de construção desse conhecimento considera a totalidade da realidade material bem como suas particularidades [...]”. Nessa perspectiva, entende-se que o materialismo histórico-dialético oferece ao pesquisador as condições necessárias para a compreensão do objeto em sua complexidade. Assim, as “[...] condições epistemológicas, subordinadas aos princípios de ontologia da constituição humana, permitem-nos a teorização do objeto determinado histórica e socialmente” (Borges, 2022, p. 47-48).

Dessa forma, compreende-se que o materialismo histórico-dialético assume papel fundamental nas pesquisas em educação, inclusive na Educação Especial, por possibilitar ao pesquisador ir além da aparência, ir além das deficiências, dos TGD e das altas habilidades ou superdotação. Saviani (2021, p. 105-106) corrobora essa compreensão ao afirmar que é necessário “[...] conhecer, de maneira mais precisa possível, o modo como se estrutura a sociedade na qual se desenvolve a prática educativa”.

Ao abordar a questão metodológica, Marx (2011, p. 28) diferencia método de exposição e método de pesquisa, destacando que “[...] a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído o trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real”.

Compreende-se que o materialismo histórico-dialético não se restringe ao conjunto de técnicas, procedimentos ou etapas. O método constitui, acima de tudo, uma teoria, uma epistemologia e uma perspectiva teórico-metodológica que possibilita interpretar a realidade em sua amplitude, considerando seus aspectos históricos, sociais, econômicos, ambientais e educacionais.

Pasqualini & Mazzeu (2008, p. 78) destacam que a pedagogia histórico-crítica compreende a atividade educativa como “[...] um processo da humanização dos indivíduos, devendo ser, portanto, ato consciente e intencional de produção e reprodução, em cada indivíduo singular, da humanidade construída histórica e coletivamente pelos homens”.

Nesse sentido, concorda-se com Silva Rosa (2023, p. 113) ao afirmar que a “[...] educação precisa adotar o método materialismo histórico-dialético para promover a emancipação humana”.

Santos (2022, p. 112) compreende que a aprendizagem na perspectiva da pedagogia histórico-crítica não se dissocia do ensino; ao contrário, “[...] mantém com ele uma relação dialética[...]”. Contudo, para que a aprendizagem ocorra, faz-se “[...] necessário que o ensino seja organizado intencionalmente e com mediação pedagógica”. Silva Rosa (2023, p. 118) dialoga com Santos (2022) ao afirmar que, quando a fundamentação teórica e pedagógica é baseada na pedagogia histórico-crítica, o profissional precisa desenvolver “[...] suas ações de forma mais elaborada e específica [...]”. Assim, a apropriação do conhecimento acerca da Educação Inclusiva “[...] é essencial para os professores que atuam na escola comum, pois através das ações mediadoras será organizado o trabalho pedagógico, promovendo as práticas necessárias à aprendizagem dos alunos com deficiência” (Silva Rosa, 2023, p. 113).

Oliveira (2021) enfatiza que a pedagogia histórico-crítica possibilita o uso da roda de conversa como estratégia pedagógica, promovendo “[...] um diálogo vivo em que as vozes se confrontam, em um movimento dialético de construção de sentidos, que a alfabetização, na perspectiva da EI [Educação Inclusiva], foi posta como tema constituinte do tempo e espaço de diálogo [...]”. Trata-se de uma prática constantemente utilizada pelos professores e que contribui de maneira significativa para a promoção de discussões e diálogos acerca das temáticas trabalhadas em sala de aula.

Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, o papel da escola é propiciar aos estudantes o acesso ao saber elaborado e sistematizado, sem desconsiderar o saber popular. Pelo contrário, “[...] a ação escolar permite que se acrescentem novas determinações e formas que enriquecem os saberes espontâneos [...]” (Nascimento, 2022, p. 102).

Eloy & Coutinho (2020, p. 4) destacam que um dos elementos fundamentais dos saberes elementares é a apropriação da escrita, desenvolvida por meio de um “[...] trabalho educativo intencional e sistematicamente organizado”. Nessa mesma direção, Saviani (2012, p. 13) compreende o trabalho educativo como “[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Silva (2014, p. 85) ressalta que as contribuições da pedagogia histórico-crítica para a Educação Especial “[...] estão nos pressupostos filosóficos, na proposta pedagógico-metodológico e no significado político da sua realização [...]”. O autor destaca que a fundamentação em bases marxistas e marxianas possibilita uma compreensão mais ampla da história, da educação e do próprio indivíduo em processo de formação.

Assim, torna-se de suma importância lutar por uma educação de qualidade, pautada em um novo projeto de escola que possibilite ultrapassar “[...] os formatos meramente suplementares ou certificatórios e se constitua espaço de formação humana e exercício de direitos [...]” (Nascimento, 2022, p. 125). Nesse sentido, compreende-se que a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva e à luz do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica, requer um trabalho educativo, um trabalho sistematizado, que possibilite aos estudantes a apropriação do conhecimento, do saber sistematizado, desenvolvendo a autonomia e a capacidade de transformar a realidade social. Trata-se de um processo que favorece o diálogo e a interação entre sujeitos de diferentes culturas e saberes, independentemente de suas deficiências, TGD e altas habilidades ou superdotação.

Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, o acesso ao saber sistematizado ocorre por meio do trabalho educativo, entendido como o processo de formar, de modo intencional e consciente, em cada indivíduo, aquilo que a

humanidade construiu ao longo da história. Nesse sentido, Santos (2022, p. 46) destaca que os estudantes que estão na escola devem apropriar-se do “[...] conhecimento científico para o seu processo de humanização”.

Resultados e discussões

Os estudos selecionados no banco de teses e dissertações da CAPES evidenciam que a Educação Especial vem sendo desenvolvida nas escolas e instituições, mas há obstáculos a serem superados para que essa modalidade de ensino seja de fato realizada na perspectiva de uma educação inclusiva e emancipatória. Os resultados da pesquisa apontam que:

- Trabalho do professor de Educação Especial é frequentemente caracterizado como precário, pois ocorre em classes e escolas especiais de forma desarticulada, sem conexão com os conteúdos da classe comum.
- Trabalho pedagógico da Educação Especial fundamenta-se nas concepções médico-pedagógicas (Jannuzzi, 2004) e na “concepção liberal”, caracterizada pela pedagogia tecnicista (Saviani, 2021).
- A alfabetização realizada por meio das apostilas do NAME traz consequências para a aprendizagem, uma vez que padroniza, controla e engessa as práticas de ensino. Embora, as apostilas enfatizem aprendizagens diversificadas, na prática não promovem um ensino efetivamente diversificado.
- A Educação Superior precisa fomentar discussões e debates sobre inclusão, contemplando inclusive a participação e o acompanhamento de estudantes autistas.
- Faz-se necessário ouvir os professores, identificando suas necessidades de formação na área de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

No entanto, constatou-se que há convergências entre as políticas nacionais e locais, evidenciando avanços em relação ao acesso e à permanência escolar. No entanto, persistem lacunas, sendo necessária a redução das desigualdades socioeconômicas e a garantia de uma educação inclusiva de qualidade.

Ao analisar os estudos selecionados, verificou-se a contribuição do materialismo histórico-dialético e da pedagogia histórico-crítica para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, constatando-se:

- materialismo histórico-dialético permite ao pesquisador identificar categorias a partir da realidade dos professores e compreender que o objeto de estudo, nesse caso a “Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”, não pode ser analisado de forma isolada.
- A investigação pautada no materialismo histórico-dialético possibilita uma análise ampla dos fenômenos, permitindo ir além das aparências e do imediatismo.
- Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, a aprendizagem e o ensino mantêm uma relação dialética, possibilitando aos professores a realização do trabalho pedagógico de forma organizada e intencional. Um exemplo citado foi a roda de conversa, estratégia frequentemente utilizada em sala de aula.
- trabalho pedagógico fundamentado na pedagogia histórico-crítica requer ações cuidadosamente elaboradas e específicas, que contribuem para a apropriação do conhecimento.

Almeida (2023) destaca a relevância de a pessoa com deficiência ter acesso a condições que favoreçam a construção de sua história e autonomia, ressaltando que suas singularidades precisam ser respeitadas. Nesse sentido, não basta garantir acesso e permanência no ambiente escolar; é necessário promover uma educação inclusiva, emancipatória e transformadora, que possibilite a apropriação de conhecimento e dos saberes essenciais.

Considerações finais

Os resultados indicam que há um número significativo de estudos que abordam a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, fundamentando-se no materialismo histórico-dialético e na pedagogia histórico-crítica, sendo encontrados um total de 20 trabalhos na base da CAPES. Observou-se que as dissertações e teses apresentam fundamentações teóricas relevantes para a compreensão dessas abordagens. Entretanto, há necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre as implicações e contribuições do materialismo histórico-dialético e da pedagogia para Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Os estudos também evidenciam que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem avançado, sobretudo em relação ao acesso e à permanência. Contudo, ainda é necessário progredir em relação à participação e à aprendizagem/apropriação do conhecimento. Os resultados apontam, ainda, convergências entre as políticas locais e nacionais, indicando que alguns municípios têm atuado em consonância com as políticas inclusivas nacionais.

Dessa forma, entende-se que o materialismo histórico-dialético e a pedagogia histórico-crítica são essenciais para a educação na perspectiva inclusiva, pois podem aprimorar a prática pedagógica do professor e ampliar o repertório educacional de estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação. Além de garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem, conforme preconizado pelas políticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, essas abordagens permitem que os estudantes tenham mais possibilidades de se apropriar do conhecimento, do saber sistematizado, de serem transformados para transformar a realidade social, para atuar na sociedade de forma crítica, consciente e ativa.

Agradecimentos

O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Referências

ALMEIDA, L. B. *A ação docente na formação da pessoa com deficiência no ensino superior: perspectivas da teoria histórico-cultural*. 2023. Exame de Qualificação (Mestrado em andamento) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Catalão, Catalão, 2023.

BORGES, D. C. P. *Determinantes conservadores da constituição do Estado Brasileiro e suas implicações para escolarização de alunos PAEE nos Planos Municipais de Educação em Vila Velha, Vitória e Serra-ES*. 2022. 242f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneepi>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes operacionais para Atendimento Educacional Especializado a Educação Básica, modalidade Educação Especial. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 17, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Resolução nº 15, de 7 de outubro de 2020. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros para equipar salas de recursos multifuncionais e bilíngues de surdos, destinadas ao atendimento educacional especializado, visando à aquisição ou adequação de itens que compõem essas salas, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola, às escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal da Educação Básica, em conformidade com o Programa Escola Acessível. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 91-92, Brasília, DF, 7 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-ndeg-15-de-07-de-outubro-d-e>

2020/view. Acesso em: 8 out. 2025.

ELOY, A. C. M.; COUTINHO, L. C. S. O direito à educação na perspectiva da pedagogia histórico-crítica e a Educação Especial. *Revista Educação Especial*, v. 33, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/41161>. Acesso em: 8 out. 2025. DOI <https://doi.org/10.5902/1984686X41161>.

EMERICK, T. C. M. *O ciclo de vida profissional dos docentes que atuam na Educação Especial – anos iniciais do Ensino Fundamental – da rede pública de ensino do Distrito Federal*. 2022. 318p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2022.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 748-759.

GALVÃO, A. C.; LAVOURA, T. N.; MARTINS, L. M. *Fundamentos da didática histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2019.

GIRARDI, L. R. *Conservadorismo persistente na Educação Especial: a organização do trabalho dos professores em redes públicas no Sul do Brasil*. 2023. 197p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

JANNUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.

LORENZI, V. P. *Trabalho pedagógico da Educação Especial: expressões de conformismo e resistências no Atendimento Educacional Especializado*. 2022. 135p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

MARX, K. *A questão judaica*. 2. ed. São Paulo: Moares, 1991.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NASCIMENTO, L. P. S. *Experiências e perspectivas de pessoas com deficiência física por lesão medular na Educação de Jovens e Adultos*. 2022. 152f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

OLIVEIRA, M. M. C. *As implicações do material estruturado NAME nas práticas de alfabetização no ensino inclusivo em Xaxim/SC*. 2021. 140f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2021.

PASQUALINI, J. C.; MAZZEU, L. T. B. Em defesa da escola: uma análise histórico-crítica da educação escolar. *Educação em Revista*, Marília, v. 9, n. 1, p. 77-92, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/627>. Acesso em: 25 out. 2025. DOI <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2008.v9n1.627>.

SANTOS, E. R.; FURTADO, R. M. G.; LIMA, E. G. *A formação dos professores que atuam em Sala de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da inclusão*. In: SILVA, A. J. N.; BONFIM, A. L. (orgs). *Militância política e teórico-científica da educação no Brasil*. Ponta Grossa: Atena, 2020.

SANTOS, N. B. *Gestão da política de educação especial inclusiva na rede municipal de Vitória da Conquista: desafios e enfrentamentos em tempos de covid-19*. 2023. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

SANTOS, R. M. P. *A concepção de aprendizagem escolar na Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil (2008-2016)*. 2022. 129p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios de uma sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (org.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 223-274.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. In: SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 11-20.

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 653-662, 2017a. DOI <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213000>.

SAVIANI, D. Da inspiração à formulação da pedagogia histórico-crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. *Interface*, Botucatu, v. 21, n. 62, p. 711-724, 2017b. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SILVA, R. H. R. Contribuições da pedagogia histórico-crítica para a Educação Especial brasileira. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 14, n. 58, p. 78-89, set. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3kGo4sn>. Acesso em: 25 out. 2025. DOI <https://doi.org/10.20396/rho.v14i58.8640380>.

SILVA, R. H. R. Balanço das dissertações e teses em Educação Especial e Educação Inclusiva desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 24, n. 4, p. 601-618, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qsxZ9QcRYfphKXcPkZHXbJy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000500009>.

SILVA ROSA, E. A. *A Educação Especial expressa no currículo da rede pública municipal de ensino de Cascavel: algumas reflexões*. 2023. 128p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2023.

SOUZA, K. C. *O trabalho educativo do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil*. 2021. 116p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SOUZA, A. L. A. *Acesso e permanência do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas universidades federais do Centro-Oeste do Brasil*. 2023. 150p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

SOUZA, L. M. *Significações sobre formação contínua e trabalho docente no Atendimento Educacional Especializado*. 2021. 209p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

TOZONI-REIS, M. F. C. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. *Revista Simbio-Logias*, Botucatu, v. 12, n. 17, p. 67-84, 2020. Disponível em: <https://philpapers.org/s/tozoni>. Acesso em: 25 out. 2025. DOI <https://10.32905/19833253.2020.12.17p67>.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa nas ciências sociais*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Editor Responsável: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

Recebido/Received: 29.10.2025 / 10.29.2025

Aprovado/Approved: 05.01.2026 / 01.05.2026